Os Meios da História: como se escreve a história da comunicação?[1]

Luiz C. Martino
Universidade de Brasília - CNPq

Resumo
Inserir aqui o resumo do trabalho, utilizando fonte Times New Roman, em corpo 12, com espaçamento simples entre as linhas. Mínimo de 400 e máximo de 900 toques (correspondentes ao mínimo de cinco e máximo de 10 linhas), num só parágrafo.

Palavras-chave
Epistemologia da Comunicação; História; História da Comunicação, Teoria da Comunicação.

Introdução

Em *História como um Problema de Comunicação* John Peters Durham aproxima e tece considerações epistemológicas sobre os objetos de estudo dessas duas disciplinas, ele visa uma recolocação do problema central da história da comunicação. Em sua opinião, esta precisaria ser ampliada, o que passaria pela formulação do objeto da História como um problema de comunicação, como aponta o título de seu artigo.

> Proponho explorar a convergência da filosofia da história e da teoria da comunicação com a esperança de não só ampliar nossa visão do que pode ser a história da comunicação, mas também de auxiliar a reconhecer que os problemas de comunicação são centrais para o estudo da história. A história da comunicação não é apenas um suplemento para a investigação histórica, é um desafio para a forma como abordamos a própria história (p. 20).

[1] Trabalho apresentado no GP Teorias da Comunicação, XIII Encontro dos Grupos de Pesquisas em Comunicação, evento componente do XXXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Manaus, 2013.

De fato, a história da comunicação não deve ser considerada um simples capítulo da história geral. Ela coloca problemas que repercutem profundamente no próprio entendimento da produção de conhecimento destas duas áreas de estudo. Também compartilho com o autor a idéia de que as duas disciplinas têm a ganhar com esta comparação, no entanto não vejo na epistemologia da Comunicação, tal como apresentada por Durham, as condições para que isto possa ocorrer.

Os pontos decisivos aparecem na citação acima. a) A proposta de "ampliação de nossa visão" da história da comunicação me parece, ao contrário, uma perda de seu objeto de estudo. b) A formulação do processo histórico como comunicação se baseia num conceito impreciso e equivocado de comunicação, que não aparece distinguido de outros tipos de processos, como aqueles de *mediação* e de processos semióticos de *interpretação de índices*. Estas questões gravitam em torno do conceito de *meio*, que Durham duplica ao distinguir meios de comunicação e meios da história, seguindo uma interpretação que faz do pensamento innisiano sobre a história da comunicação.

Na sequência deste artigo apresentaremos nossos argumentos sobre estas questões e depois analisaremos suas consequências para o modo de escrever a história da comunicação, isto, seu objeto.

Innis e a História da Comunicação

Comecemos por apontar que Durham não parte de uma análise propriamente epistemológica do problema. Ele praticamente ignora a bibliografia sobre o assunto, bem como a diversidade de assuntos e abordagens que proliferam sob esta rubrica cada vez mais pulverizada de "história da comunicação" (Martino, 2008). Seu ponto de partida é uma revisão histórica das teorias da comunicação para situar os trabalhos de Harold Innis como o ponto de emergência dos estudos de história da comunicação. Essa eleição lhe permite estabelecer um contraponto genérico com a disciplina da História, mas exige que seja depositada na compreensão innisiana toda estrutura do diálogo com o historiador. Ora, sabemos que Innis não é um autor claro, e as divergências de interpretação sobre seu pensamento não poderiam deixar de serem polêmicas. Tentarei mostrar, no entanto, alguns elementos que dificultam adotar a interpretação dada por Durham.

A noção de *meio* é central nesta discussão. Durham distingue dois tipos:

Como Innis escreveu em 1949, "nosso conhecimento de outras civilizações depende em grande parte do tipo de meios de comunicação utilizados por cada civilização, na medida em que é capaz de ser preservado ou passível de ser descoberto". Nosso conhecimento do passado é uma questão de meios de comunicação. Innis não só inventou a história dos meios de comunicação, ele também descobriu os meios da história (Durham, 2008, p. 20).

O primeiro ponto é chamar a atenção para o fato que a diferença de tipo de meio também é uma diferença de tipo de processo. Os meios da história não são processos comunicacionais, como sugere o título do artigo, eles são melhor definidos como **mediação**. Os processos de comunicação são intencionais e implicam em Emissor-Mensagem-Receptor, ao passo que mediação não tem uma estrutura definida [2]. A mensagem expressa a intenção do Emissor, que deve ser reconstituída pelo Receptor. Quando a mensagem passa por uma tecnologia, um *meio de comunicação*, ela ganha uma materialidade, ou mais exatamente, ela se exterioriza, vira uma extensão. A noção de meio não é apenas o aspecto do suporte material da mensagem (seu registro), também implica a capacidade do meio de comunicação variar as mensagens. Por conseguinte, um meio de comunicação é um dispositivo tecnológico capaz de se descolar de seu significado primário, aquele inerente a todas as coisas (tudo no universo humano carrega um significado), ele é uma estrutura onde o significado pode ser alterado, gerando diferentes mensagens.

Para os propósitos de uma história da comunicação certamente é interessante fazer a distinção entre meios de comunicação *ocasionais* e meios *permanentes*. Os primeiros são objetos que casualmente, dentro de certo contexto, passam a funcionar como meio de comunicação, a mensagem sendo um índice da intenção do Emissor.

A rosa oferecida à namorada não é propriamente um meio de comunicação, embora diga alguma coisa. Trata-se de um meio ocasional. É o contexto aliado à intenção manifestada pelo gesto da oferta, que lhe confere as propriedades comunicacionais. As mensagens não

[2] Veremos mais a frente, quando analisarmos as formas de transmissão da cultura, como isto afeta a questão da história da comunicação.

podem variar, nem serem estocadas e perdem o sentido fora do contexto que se inscreve o gesto. Já os meios permanentes trabalham com código ou narrativa, são frequentemente usados para fins de comunicação e podem variar suas mensagens. Os meios ocasionais existem hoje, mas certamente marcaram a pré-história enquanto única forma de comunicação tecnológica (exteriorizada). São meios incompletos, não totalmente acabados, e por isso devem ser considerados proto-meios.

Os *meios da história* não são necessariamente processos desta mesma natureza. Não são intencionais e portanto podem ser melhor classificados como mediação que enquanto comunicação. Durham os equipara como se fosse o mesmo tipo de processo. De onde a reversibilidade entre Comunicação e História – História dos meios e *meios da história* – que fundamenta a tese sustentada pelo artigo de Durham: os processos históricos implicam a existência de veículos que fazem a mediação entre passado e presente. Porém esta reversibilidade se apóia na idéia de um mesmo processo ("comunicação"), por isso tudo se torna meio de comunicação, o que implicaria e, uma radical dissolução do objeto de estudo da Comunicação ("tudo é comunicação"). Se todas as coisas são boas para comunicar, e não podem deixar de fazê-lo, por que distinguir meios de comunicação e meios da história? Eles seriam rigorosamente a mesma coisa, ou simplesmente coisas.

Em resumo, equiparar os processos comunicacionais a todo tipo de mediação ou de interação indicial deixa sem sentido a noções de meio de comunicação e de processos comunicacionais. Meios de comunicação e meios da história, cuja reversibilidade aproximaria as duas disciplinas em foco, não são tão simétricas quanto Durham supõe. O problema em questão é o da transmissão da herança do patrimônio simbólico de uma geração à outra e não propriamente o da comunicação enquanto processo intencional entre indivíduos.

De outra parte, a citação de Innis logo acima se refere ao problema de como *conhecer* o passado (*meios do historiador* e não da história): a história se escreve a partir dos vestígios que chegam ao historiador. Por conseguinte, dependem do tipo de material de que estão compostos. A afirmação de Innis está dirigida ao *suporte material*, que para ele é

praticamente sinônimo de meio de comunicação (a pedra, o papel são, para Innis, "meios de comunicação"). A materialidade é, sem dúvida, um traço importante para caracterizar o pensamento innisiano, mas nesta passagem em especial ela não é muito mais do que um truísmo, indica apenas que a durabilidade ou a permanência dos vestígios depende do material do qual estão feitos (uma mensagem escrita sobre papel não terá a mesma durabilidade de uma escrita sobre pedra). Temos aí uma constatação empírica um tanto óbvia. O salto teórico (que não está na passagem citada) aparece quando Innis nota que o uso de certo tipo de meio pode favorecer ou não a continuidade histórica, segundo seu *bias* (tempo ou espaço). O conceito de *bias* faz referência a uma propriedade real dos meios de comunicação. E isso faz toda diferença, pois referidos ao plano do *mundo empírico* estamos tratando dos processos históricos reais, não é a questão sobre quais documentos dispõe o historiador para escrever a história, mas a da "continuidade" (expressão usada por Innis), o processo pelo qual o passado chega ao presente.

Chegamos novamente a aquilo que Durham chamou de meios da história, mas dessa vez formulados pela noção teórica de *bias* e não simplesmente pela materialidade empírica. Ao contrário do que pretende Durham, Innis não analisa os *bias* de toda forma material ("qualquer coisa que tenha sobrevivido à viagem do passado até o presente"), nem tampouco afirma que cada uma delas "possui seus próprios *bias*". A nosso ver Duhram propõe uma interpretação muito livre ou generalizada dessa noção, ele extrapola o quadro de sua aplicação aos meios de comunicação e multiplica os *bias*, que em Innis são apenas dois (tempo e espaço).

Um consequência lógica dessa interpretação é que não apenas teríamos dois tipos de meios (meios da historia e meios de comunicação), esses meios também teriam o mesmo peso no pensamento de Innis e para uma história da comunicação. Seu artigo se desenvolve no sentido de uma defesa de resgatar os meios da historia para se escrever a história da comunicação.

Haveria então dois tipos de meios na obra de Innis? A favor da interpretação de Durham jogam a falta de foco de Innis, que passa por muitos assuntos e, mais importante, a falta de uma definição clara de meio de comunicação (frequentemente identificado ao suporte

material). De outra parte, ela dificilmente se harmoniza com os principais conceitos de Innis, a saber, Império, bias e monopólio do conhecimento.

- Império. Ciclo econômico da madeira-papel que leva Innis a se interessar pela comunicação. Importância da Imprensa em seu pensamento (História da Comunicação").
- Bias. Interpretação genérica X Aplicação a meios de comunicação (argila, pedra, pergaminho, papirus). Innis não tem uma interpretação genérica de bias. Primeiro, ele não aplica o conceito a todo e qualquer elemento da realidade, mas a meios de comunicação (argila, pedra, pergaminho, papirus). Segundo, são apenas dois bias: tempo e espaço (inherents: "qualquer outra coisa que tenha sobrevivido à viagem do passado até o presente, tem seus próprios vieses").
-
- Bias e *equilíbrio*.
- Monopólio: impossibilidade de controle se aplicada a interpretação genérica.

Que elementos materiais fazem a mediação entre o passado e o presente?

É justamente na resposta a esta questão que não podemos mais seguir a interpretação de Durham.

Innis não se ocupa diretamente da questão da história da comunicação, faz um trabalho de história segundo seus objetivos próprios e dentro dos marcos de suas preocupações como pesquisador, de onde certamente as diferenças importantes em relação ao trabalho do historiador. Usou a história como uma estratégia metodológica para tratar seu tema, a saber, a relação metrópole-colônia, a exploração econômica e o exercício do poder que

caracterizam os impérios como controle político sobre um território. Isso não o desmerece enquanto pioneiro da história da comunicação, simplesmente indica seu modo de abordar o tema. Isso é importante para entender algumas de suas opções e o recorte de seu objeto de estudo. Por exemplo, o fato de não recuar até os primitivos ou de não se aprofundar nos traços culturais – e principalmente que seus "meios" não são toda e qualquer forma de transmissão cultural do passado para o presente, visto que sua história da comunicação está enquadrada por sua preocupação com os impérios. Os "meios" da relação do passado com o presente devem ser aqueles passíveis de injunções econômicas e controle político, ou seja, os *meios de comunicação* stricto senso. E nem são tanto as questões de economia-política que lhe interessam, mas sobretudo a fundação do elo entre tradição e presente em uma base material, teorizada como *bias* da comunicação – tempo e espaço.

Esta dualidade se expressa em sua concepção de história, visto que apenas alguns meios favorecem a continuidade histórica. Escapa a Durham que nem toda materialidade seria propícia a veicular tempo e que a história innisiana também comporta rupturas (espaço). Innis não é um pensador apenas da história, estava atento às questões de seu tempo e seu interesse recai no choque das forças do passado com as do presente. O espaço não é só uma entidade negativa em relação à história, como pensador da globalização Innis se interessa em entender seus efeitos e pelo equilíbrio de forças (um dos termos mais empregados por ele são expressões: compensar, contrabalançar, frear, contrapor).

Neste sentido a análise dos impérios antigos é uma estratégia para compreender os impérios modernos. Para melhor entender a dominação política que visa a exploração de um território e seu vínculo com os meios de transporte e de comunicação, entendidos como os vetores materiais que viabilizam o exercício do poder. Innis não dissolve sua análise em objetos naturais como portadores intrínsecos de informação (ossos, DNA). Um meio de comunicação não é toda e qualquer forma de "transmissão" cultural, mas tecnologias e fundamentalmente o universo da escrita (suportes materiais – argila, pedra, pergaminho, etc.–, língua vernácula, imprensa, escritores, jornalismo, monopólios...). A afirmação de que "Innis não só inventou a história dos meios de comunicação, ele também descobriu os meios da história" (Durham, 2008, p. 20), deve levar em conta distinção entre processos de comunicação e de transmissão cultural. Innis não ignora a inércia do patrimônio cultural, como prova sua preocupação com a arquitetura (palácios, pirâmides, bibliotecas), mas os meios da história para ele, os vetores que ele desenvolve para sua interpretação da história

são a *tradição oral* e a escrita. Suas preocupações como intelectual se voltam para o equilíbrio dessas duas forças (o apogeu cultural da Grécia Antiga é o exemplo histórico desse equilíbrio). Os processos de comunicação que lhe interessa são intencionais, típicos do comunicólogo, e não difusos como aqueles ligados à transmissão cultural, típicos do historiador ou do antropólogo.

Por fim, a noção de *controle* ajuda a entender o último conceito chave, o de monopólio do conhecimento. A relação entre passado e presente é um problema indiscutivelmente central no pensamento de Innis, mas está formulado como fluxos de comunicação e particularmente a comunicação inscrita num suporte material – ou seja, meio de comunicação –, pois é esta que é passível de um controle pela Religião e pelo Estado. Em outros termos, um dos principais conceitos de Innis, o de *monopólio do conhecimento*, não se aplica às outras formas de transmissão cultural ("meios da história"), somente os fluxos de comunicação envolvendo tecnologia (o que exclui a comunicação oral) são passíveis de serem dominadas, portanto estão sujeitas a monopólio, pois sendo formas materiais estão sujeitas às injunções econômicas ou ao controle político.

As análises acima mostram que interpretação de Durham para os "meios da história" é muito mais ampla que aquela empregada por Innis, como também escapa do problema comunicacional, dissolvendo-o na cultura. O problema é que Durham se baseia nesta interpretação ampla dos "meios da história" para formular a *História como um problema de comunicação*, mas tal identificação e dispersão do processo comunicacional no processo histórico não encontra fundamento no pensamento de Innis, tampouco faz sentido para a epistemologia da Comunicação, que veria seu objeto de estudo confundido com o da História.

MEIOS DA HISTÓRIA

Como o passado se estende ao presente? Ao inverso de Durham, entendemos que aqui se bifurcam e começam a se separar os caminhos do comunicólogo e do historiador. E não somente o deles, uma questão tão fundamental como esta, não poderia deixar de chamar a atenção e exigir posicionamentos das disciplinas do conhecimento que se interessam pelo homem. Historiador e comunicólogos, não estão sozinhos. Seria preciso citar pelo menos o antropólogo, quem melhor expressa este problema através do conceito de *cultura*, entendida como a produção e transmissão de um patrimônio simbólico (material e imaterial) de uma geração à outra.

Três principais **formas de "transmissão" desse patrimônio podem ser apontadas**: "inercial", oral e meios de comunicação (tecnológica).

a) *Inercial*. Também chamada de tradição, enquanto um veículo ("*por tradição*", e não como um conteúdo transmitido). Trata-se da principal forma de transmissão da cultura e tem por característica a reprodução dos padrões adquiridos (só pode ser repetir e conservar) e sobretudo por ser um *processo difuso*, no qual instituições formais e informais, materiais e imateriais (padrões estéticos, costumes, hábitos, convenções, valores, modos de agir, comportar, sentir, etc.) se difundem (no espaço, aculturação, hibridização) ou passam a outra geração (através do tempo, como uma herança extra-genética). A tradição enquanto veículo do *patrimônio cultural* ou de *padrões culturais* se efetua através do contato, pelo exemplo, pela convivência. De maneira não necessariamente inconsciente, mas frequentemente dessa forma [3], sobretudo por "inércia" ou "osmose", pois adotamos estes padrões na medida mesmo que formamos nossa consciência do mundo, estamos mergulhados neles, portanto, sem que esteja implicada uma tomada de decisão.
b) *Tradição oral*. A fala também pode ser empregada como veículo de transmissão da cultura. Além de uma comunicação vivos-vivos, ou seja, uma comunicação social, a linguagem ordinária também pode ser adaptada para servir de memória coletiva

[3] Estes padrões dificilmente se tornam perceptíveis, apenas uma pequena parte chega a esta condição, graças a alguma situação onde se torna possível comparar com outros padrões culturais. Um contraste proporcionado pelas diferenças entre culturas, classes sociais ou períodos históricos.

(comunicação mortos-vivos). Ela mantém as características de preservação da transmissão inercial, mas difere dela, pois tem características de um processo comunicacional. O passado é falado, narrado, transposto para a fala. Há um conteúdo que deve ser selecionado, codificado. As diferentes gerações assumem os pólos de emissor e de receptor, enquanto o patrimônio cultural é propriamente uma mensagem que se envia de uma geração a outra. Isso exige o desenvovimento de métodos, pois a voz humana e a linguagem devem sofrer adaptações para funcionarem como "suporte" de memória (métodos de memorização, canto, etc.). De outra parte, se esta forma de transmissão ainda exige o contato entre gerações, agora se trata de um processo totalmente controlado, tanto nos conteúdos transmitidos (seleção), como nas formas de transmitir (a variação das formas de transmissão). E para completar, é um processo intencional e não mais difuso ou inercial.

c) *Meios de comunicação*. Evidentemente os processos de comunicação fazem parte da cultura, sem que isso nos impeça de reconhecer especificidades que justificam uma reflexão e tratamento à parte. Em geral, para se estabelecer um padrão cultural é necessário um lapso de tempo tão grande quanto aquele do processo da tradição oral. Mas a obrigatoriedade de contato entre gerações faz dessas duas formas de transmissão da cultura processos lineares, seqüenciais: uma geração recebe o passado de outra imediatamente anterior, tal como na transmissão hereditária dos genes. A escrita, de outra parte, quebra a cadeia de mediações entre gerações. A transmissão não precisa mais ser linear. O contato com o passado não se resume à "ponta do iceberg", ao termo último de um processo de longa duração; ele deixa de ser mediado pela compreensão que uma geração tem do patrimônio que recebeu e do que conseguiu preservar. Este é um dos muitos aspectos do significado de História, enquanto uma nova forma e período de relacionar com o passado (oposto à pré-história). O aparecimento do documento escrito modifica a relação do homem com o tempo, permite separar informação e comunicação, exterioriza a memória, etc. Em poucas palavras, marca a intervenção da tecnologia no processo de comunicação entre gerações e entre os vivos.

Conclusão

aspecto epistemológico.

Que lições epistemológicas podemos tirar dessa discussão dos "meios da história" ou dos modos como o passado alcança o presente?

O que Duhram propõe não são problemas de comunicação, mas de mediação e transmissão da cultura. Ele estende a máxima "tudo é comunicação" à noção de meios: "tudo é meio de comunicação". Mas como este desastre epistemológico, a completa dissolução do objeto da comunicação no homem atingiria a história da comunicação?

Através de uma "expansão do tempo" e mesmos de outras setores, ou seja, tornando co-extensivos os processo comunicacionais e os processos humanos. Durham pretende alargar o campo da história da comunicação até a pré-história, entrando no terreno do antropólogo:

Na medida em que a história, vista reflexivamente, é história da comunicação, temos muito trabalho a fazer. Um eixo de expansão é o próprio tempo. Innis foi citado mais que imitado em seu interesse em comparar civilizações antigas e modernas. A pré-história oferece um rico campo que por muito tempo foi a solitária província dos antropólogos: a domesticação do fogo, a instituição do parentesco, corporal e técnicas vocais, as artes da fala e da escrita. A domesticação de plantas e animais, de cozinha e de educação infantil, técnicas de navegação e de registro do tempo, rituais e artes da memória são partes essenciais da longa história da comunicação (p. 32).

O tempo seria apenas um dos eixos dessa expansão. O autor completa: "o arquivo acumulado da raça humana – religioso, filosófico, jurídico, literário e artístico – é um rico repositório de práticas de meios" (p. 32).

O que levaria a um dos melhores teóricos de nossa área a se enganar tão completamente sobre as questões da história da comunicação? Por que supor que o campo da história da comunicação necessite ser alargado [4] e que o melhor modo para isso seria o suicídio epistemológico?

Ora essa "expansão" pode e deve levar em conta nosso aparato conceitual, não precisamos abdicar dele, pelo contrário, ele se mostra bastante útil. Devidamente definidos, as noções de processo comunicacional e de meio de comunicação se revelam poderosos instrumentos para pensar a pré-história da comunicação. Infelizmente tal abordagem "expansionista" não é um caso isolado, nem do autor, nem do tema aqui tratado. Ela é o índice do pensamento da interdisciplinaridade, uma forte tendência de ver o campo da comunicação como extremamente abrangente e cada vez mais abrangente.

Nossa reação a essa tendência tem sido expressa em outras publicações. Nossa reação aqui é apontar o que nos parece ser a melhor maneira de aproximar Comunicação e História. O que reúne historiador e o comunicólogo em torno da história da comunicação não são processos e conceitos mal definidos, mas suas divergências na interpretação de um fato absolutamente capital para ambos, que é o aparecimento da escrita, a alteração de nossa relação ao tempo. Para o historiador significa a história como um *período* da existência humana (não ela como um todo), um passado que pode ser sondado e chegar até nós através do documento. Para o comunicólogo significa a emergência do *primeiro meio de comunicação* e o que isso significara em termos de possibilidades de variar as formas de "produção" do tempo.

Não porque não haja um antes ou um depois, mas porque estes recortes são a própria essência do pensamento histórico, sua maneira de apontar e marcar as diferenças. A muitos pode chocar o fato de eleger a escrita como primeiro meio de comunicação. E posso garantir que não se trata de ignorar os *proto-meios*, mas para ajudar a melhor conhecê-los.

É tempo de a história da comunicação, descobrir o que os historiadores há muito já sabem, de entender que a história é uma categoria histórica e como tal, tudo tem começo. Uma

[4] E não só em relação ao tempo até pré-história: "O arquivo acumulado da raça humana – religioso, filosófico, jurídico, literário e artístico – é um rico repositório de práticas de meios" (p. 32).

história da comunicação é uma história dos meios de comunicação e não de toda humanidade. Os meios de comunicação não são toda e qualquer coisa que "comunique" ou capaz de "viajar no tempo". Enfim, que a comunicação é histórica e os meios de comunicação uma das possibilidades de entender a história, assim como outras disciplinas – a economia, a sociologia, a cultura, a filosofia – a Comunicação também tem sua versão da história.

REFERÊNCIAS

Peters, John Durham. "History as a communication problem". In B. Zelizer (Ed.), **Explorations in communication and history**. New York: Routledge, 2008, p. 19-34.

Curran, James. "Communication and history". In B. Zelizer (Ed.), *Explorations in communication and history*. New York, NY: Routledge, 2008, p.46-59.

Starr, Paul. "Democratic theory and the history of communications". In B. Zelizer (Ed.), *Explorations in communication and history.*New York, NY: Routledge, 2008, p.35-45.

Martino, Luiz C. « Histoire de la Communication: le point de vue de l'historien et du communicologue ». Canadian Communication Academic Congress Association's, Canadian Communication Academic Congress Association's sponsored by the Canadian Fereration for the Humanities and Social Sciences, 2010.

Martino, Luiz C. "Classificação e Exame Crítico da Literatura sobre História da Comunicação", in Herschmann, Micael; Ribeiro, Ana Paula Goulart (org.) – *Comunicação e História: interfaces e novas abordagens*. Rio de Janeiro: Globo Universidade, 2008.

Martino, Luiz C. "História e Identidade: apontamentos epistemológicos sobre a fundação e fundamentação do campo comunicacional", in S. Capparelli; M. Sodré; S. Squirra – *Livro da XIII COMPÓS - 2004: A Comunicação Revisitada*, Ed. Sulina. Porto Alegre, 2005, pp. 41-66. Disponível em: www.compos.org.br.